

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#27 (tomo 2) Jul. 2024

ARQUEOLOGIA DO 25 DE ABRIL

a cultura material
da Revolução

**O Castro do Banho
na *Civitas* de *Vissaium***

**O Eldorado na Arqueologia
Subaquática Portuguesa**

**Memórias Epigráficas em
Santa Clara de Coimbra**



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Composição centrada em ilustração de um cravo vermelho, um dos símbolos do movimento popular que garantiu o êxito do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Nessa data, o forte apoio da sociedade civil legitimou o sucesso das operações militares que instauraram o regime democrático em Portugal.

Ilustração | © Nuno Pequito, com acesso livre em <https://bit.ly/4eLQqtx>.



2.ª Série, N.º 27, Tomo 2, Julho 2024

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Distribuição |

<http://issuu.com/almadan>

Periodicidade | Semestral

Apoio | Associação dos Arqueólogos Portugueses / Câmara Municipal de Almada / Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

No ano em que celebramos os 50 anos do 25 de Abril de 1974, é da mais elementar justiça destacar nesta edição da *Al-Madan Online* um trabalho que toma essa data fundadora da Democracia portuguesa como objecto de estudo arqueológico. De facto, cinco décadas passadas proporcionam o distanciamento natural em quem, como sucede com os autores, já nasceu após esse evento radicalmente transformador, olhando-o através de elementos da cultura material fixada nas reportagens fotográficas da época. São verdadeiros símbolos da improvável simbiose entre um golpe militar e o fortíssimo movimento social que este espoletou: os cravos colocados nas armas dos soldados, os chaimites que participaram nas operações militares, as faixas com múltiplas mensagens usadas nas manifestações, os megafones que ampliaram a capacidade comunicação e de mobilização nesses eventos de rua... Numa época em que as câmaras fotográficas eram raras, mas felizmente estavam em mãos que as souberam usar sabiamente, foram gravadas imagens que retratam o ambiente então vivido no principal teatro de operações, a cidade de Lisboa. E espelham o que os autores muito bem intuem ao observá-las a esta distância temporal: a total adesão à mudança e a alegria contagiante de quem então também fez História nas ruas da capital. Portugal e os(as) portugueses(as) mudaram muito desde então. Consolidaram-se direitos e liberdades individuais e de grupo que diversificaram e enriqueceram a vida social, económica, cultural, científica... finalmente liberta do controlo opressivo e repressivo do que se pensava, exprimia e fazia. Olhando para trás, o nosso país é hoje o exemplo claro de que *“o passado é um país estrangeiro”*, frase do contista britânico Leslie Hartley (1953), popularizada na literatura das Ciências Sociais através do americano David Lowenthal (*The Past is a Foreign Country*, 1985). O Portugal das décadas anteriores ao 25 de Abril de 1974 que as câmaras fotográficas registaram (e também as memórias de quem ainda as viveu) é tão diferente que sugere claramente um país estrangeiro. Alguns acreditam mesmo que essa sensação é real, negam a cruel brutalidade das imagens (e das memórias) e promovem o saudosismo de um tempo que não viveram. É um erro que justifica o empenho da *“Arqueologia contemporânea e activista”* em que os autores do artigo que publicamos se auto-incluem, mas também estimula o activismo de quem não deseja uma reciclagem desse passado para as gerações presentes e vindouras. Este tomo da *Al-Madan Online* vai, contudo, muito para lá do activismo. Crónicas, textos de opinião e artigos cobrem temáticas e interesses muito diversificados, da Arqueologia à Conservação, ao Património cultural e à História local, passando ainda pela divulgação metodológica e por estudos de natureza documental e epigráfica. Como sempre, espero que proporcionem boas horas de leitura.

Jorge Raposo, 20 de Julho de 2024

Conselho científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de
imagem e paginação electrónica |
Jorge Raposo

Revisão | Autores e Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo |

Luís Borges, Renata Camargo,
Tânia Casimiro, Maria João B. Coelho,
Francisco Curate, José d'Encarnação,
Maria Teresa Ferreira, José António
Gonçalves, Vítor Oliveira Jorge,
Catarina Cunha Leal, Afonso Leão,
Ruben Maranhão, Joana Margarida
Ribeiro Marques, Marluci Menezes,
José Luís Neto, Susana Pacheco,
Pedro Parreira, Mariana Pedro,
Franklin Pereira, Rui Ribolhos,

Pedro M. da Luz Sales,
Susana Santa-Marta, Joel Santos,
Maria do Céu Santos, João Sequeira
e Francisco Silva

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A escrita “científica”

José d’Encarnação [Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Disseram-me que, num programa televisivo, um dos nossos cantores pronunciara “aitem”, partindo do princípio, possivelmente, que se tratava dum vocábulo inglês. “Item” é, ao invés, palavra latina, que significa “também” e, por esse motivo, se substantivou em português para indicar um dos membros duma série, como quem afirma: “*E também isto*”. Esclarece-se no *Dicionário da Língua Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa: “*Cada um dos artigos, das parcelas, dos argumentos, em que se divide uma exposição escrita, um regulamento, um requerimento, um contrato*”.

Ouvi, outro dia, com o natural espanto, a menina do GPS da minha viatura, anunciar-me que, em frente, à direita, era a Rua Ilaias Garcia. Também ela pensou que o senhor José Elias Garcia, mui ilustre jornalista, que foi, em 1878, digno presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não era natural de Cacilhas, mas dum qualquer lugar do Reino Unido! Ou, quiçá, americano. Enumerei, numa crónica, os problemas que uma “*pedra estranha*” levantava, devido às suas características invulgares. Optáramos por a dar a conhecer, a fim de colhermos eventuais perspectivas de enquadramento histórico-cultural. Recebi este comentário: “*Muito obrigado pela partilha. As anomalias são sempre reveladoras dos processos sociais*”.

Não me fiquei e solicitei ao amável interlocutor explicação do sentido da sua frase. “*Posso ter sido críptico, confesso. Mas apenas quis sublinhar que é sempre o espanto o início de qualquer investigação interessante, causado pela estranheza de uma pedra, ou por uma situação anómala, que foge aos quadros interpretativos e conceptuais, mas ajuda a recuperar outros sentidos*” – respondeu-me.

Acho que entendi.

Pediram-me de uma revista que apreciasse um artigo que lhe fora remetido para eventual publicação. Apreciei e devolvi com os comentários que me pareceram adequados. Agradeceu-me assim a responsável pela publicação [sic]: “*Dou em meu poder a responsabilidade comprometida, de agradecer a Vossa Excelência, tanta disponibilidade e douta ajuda. Mais, compreende o complexo*

evolutivo, processo dificilmente definível que envolve a nossa revista, para manter o olhar fixo no horizonte de excelência. É pensável de forma segura que a Redacção tudo deve a esta nossa solidariedade, proximidade de colaboração, que é capaz de influir e decidir o caminho da longa vida da publicação”.

Encaixei.

Siram estes exemplos de justificativo do tema que escolhi para esta crónica: que é a escrita “científica”? Ou, perguntando doutra forma, há regras que definem a escrita, a terminologia a usar para propor (detesto o corrente verbo “submeter”, resquício evidente de uma época escravagista, não sei qual), repito, no artigo a propor a uma publicação científica?

E, aqui chegados, forçoso é fazer uma distinção:

– “Científica” é, neste caso, qualificativo que determina a inserção num domínio determinado, em cujo seio penetram e se movimentam os pares. Recorde-se que para isso se criaram e ainda se criam as Academias: para que, em sessões reservadas aos membros, todos falem a mesma linguagem e se entendam.

– E a distinção diz respeito a uma outra linguagem (escrita ou falada) que visa comunicar ao chamado ‘grande público’ os resultados duma investigação científica.

Têm de ser forçosamente diferentes? Uma hermética, esotérica, só apreensível pelos nela ilustrados; outra, levezinha, quase leviana, de trazer por casa, em que nos permitimos dizer “aitem”, “Ilaias Garcia”, *newsletter* e barbarismos quejandos, só para parecer bem *à la mode*?

Um dos textos que propus para publicação numa revista cuja temática dominante é o Património Cultural foi, como é natural, previamente apreciado por revisor qualificado. Li o seu parecer, facultado pela redacção, a fim de alterar – se assim o entendesse – o que ao senhor parecera menos digno de figurar nas páginas da revista cujo bom nome e excelência (era daquelas que estão inscritas numa catrefada de plataformas internacionais...) importava não macular. Qual não foi, todavia, o meu espanto quando vi que o

**“Que é a escrita ‘científica’?
Ou, perguntando doutra
forma, há regras que definem
a escrita, a terminologia a usar
[...] no artigo a propor para
uma publicação científica?”**

**Têm forçosamente de ser
diferentes da linguagem
(escrita ou falada) que visa
comunicar ao chamado ‘grande
público’ os resultados duma
investigação científica?”**



Ilustração: José Luís Madeira, 2024.

digno revisor não achara bem o uso do ponto de exclamação e das reticências. Retirei-as, claro, a exclamação e as reticências, mas fiquei cá a pensar:

– O cientista (desculpar-me se ousou tal considerar-me! – e cá está o impertinente ponto de exclamação) não é um ser humano? Não tem emoções ao investigar? Essas emoções, o entusiasmo, a dúvida, o deixar o pensamento em suspenso para que outros façam uma pausa e se deem a reflectir... tudo isso tem de ser drasticamente expurgado dum texto “científico”, inexoravelmente riscado pelo lápis azul do actual “Exame Prévio”?

Tenho para mim que o investigador tem dois deveres:

um para com os seus pares, que falam a mesma linguagem, habitantes dum círculo fechado, sisudamente metidos na redoma do Saber; outro, não menos importante, o de saber sair do casulo, ganhar asas e mostrar que a sua investigação serve para a Humanidade progredir.

Quicá alguns de nós tenham reflectido no facto de, nos muitíssimos discursos da recente campanha eleitoral, a palavra “investigação” jamais ter sido pronunciada. Sinal dos tempos, em que os políticos nascem políticos, vivem políticos e se esquecem dos laboratórios. Ou melhor, até são capazes de se submeter a análises clínicas, mas não pensam que o resultado dessas análises pressupôs longo percurso de investigação, longas horas na tal redoma!...

Voltemos, pois, à escrita, ao rés-do-chão, para fazer – se as minhas cãs mo permitem... – duas ou três sugestões, para se começarem a burilar os textos que, a trouxe-mouxe, polvilham livros, revistas, redes sociais. “Regras”, se me é permitido ousar dar-lhes esse atributo:

1. Citem-se correctamente, por ordem alfabética, na bibliografia, os nomes dos autores. Os portugueses pelo último apelido; os espanhóis pelo penúltimo. Há portugueses que, por em textos em castelhano, serem citados também pelo penúltimo (eles não sabem), começaram a querer ser citados assim; nesse caso, é muito simples, basta começarem a juntar por hífen os dois apelidos: Alves-Mendes, Sá-Moreira. Quantos viajaram de avião nos últimos tempos ter-se-ão certamente admirado pela estranha forma como o seu nome vem no bilhete: DOSREISALBUQUERQUE, JOAQUIM. É moda que não pode seguir-se na escrita “científica”, senão nunca mais nos entendemos e perdemos tempos infinitos em buscas nos catálogos e na Internet.
2. Evitem-se os estrangeirismos. Tanto se conta da enorme riqueza do nosso vocabulário! Façamos disso jus.

“Tenho para mim que o investigador tem dois deveres: um para com os seus pares, que falam a mesma linguagem, habitantes dum círculo fechado, sisudamente metidos na redoma do Saber; outro, não menos importante, o de saber sair do casulo, ganhar asas e mostrar que a sua investigação serve para a Humanidade progredir.”

3. Não haja receio em promover a vernaculidade! Os termos próprios de cada região, de cada objecto devem ser utilizados.

Impõe-se um glossário final? Pois que se ponha!

4. Que se espera dos historiadores, dos arqueólogos?

Que exponham com lógica (às vezes, diz-se “com cabeça, tronco e membros”) as suas ideias. E, se possível, numa forma esbelta, que dê gosto ler. Um rigor gracioso.

5. Tenha, amigo, o(s) dicionário(s) à mão de semear e não considere vergonha ter de o(s) consultar. O dicionário e a gramática. Tem visto como, em concursos televisivos, está a ser difícil saber como é a 2.ª pessoa do plural do futuro imperfeito do indicativo ou o pretérito mais-que-perfeito dum verbo? Ah! E não se esquece de usar bem as vírgulas, pois não? E distingue a função do hífen da do travessão? E não separa o sujeito do predicado com uma vírgula, certo? Sabe, por exemplo, quando é deve pôr-se vírgula após o pronome relativo ‘que’? Fica o desafio. 🐉

José d’Encarnação,

Cascais, 5 de Maio de 2024